

RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA OCUPACIONAL E  
PADRÃO ESPACIAL DOS RESULTADOS ELEITORAIS

Marina Sant'Anna\*

Abstract

A great proportion of geography of voting can be related to the spatial division of labour. The geographical separation of people performing different economic roles within society occurs at a variety of scales, so geographical separation of people that votes differently occurs also at a variety of scales. In this paper, we try to consider and analyse the relationship between voting patterns and types of occupational activities.

As investigações realizadas por geógrafos sobre o fenômeno do voto têm sido pouco numerosas e superficiais. Inicialmente, o objetivo original da geografia eleitoral era a elaboração de cartas de distribuição dos resultados eleitorais. Mais recentemente, o reconhecimento do valor das técnicas quantitativas na geografia e a intensificação dos estudos eleitorais por outras disciplinas ampliaram consideravelmente a possibilidade da geografia nas investigações do processo eleitoral.

O objeto da pesquisa da atual geografia humana é sem dúvida nenhuma, como afirmam Abler, Adams, Gould (1971), o estudo da distribuição espacial dos fenômenos e dos processos pelos quais eles são produzidos. Em outras palavras, como afirma Taylor (1979), a geografia humana se interessa pela organização espacial da sociedade.

Desta maneira também é possível identificar os elementos geográficos do fenômeno eleitoral. Assim, por exemplo, os eleitores são registrados (cadastrados), em regra geral, pela sua localização residencial, a qual espelha a capacidade econômica de acesso destes cidadãos às diversas seções do mercado imobiliário. As pessoas mais ricas têm um maior espectro de esco-

\* Professor Adjunto do Departamento de Geografia

lha e geralmente selecionam as áreas com mais vantagens, enquanto os mais pobres, devido ao seu baixo poder aquisitivo, têm a sua escolha reduzida às zonas menos privilegiadas.

Em decorrência acaba havendo sempre uma segregação espacial sócio-econômica que pode ter importantes repercussões sobre o comportamento político dos indivíduos. Esta localização residencial determina quem são os seus amigos e conhecidos. Este padrão de contatos sociais pode explicar porque os eleitores votam e como, uma vez que ambientes sociais diversos possuem parâmetros políticos também diferentes.

De maneira semelhante, o tipo de atividade ocupacional dos cidadãos também pode interferir com o seu comportamento eleitoral. Acresce, porém, que as interações sociais que se processam nos limites do lugar de trabalho são muito mais intensas, uma vez que se passam numa área geograficamente muito limitada e por um longo período de tempo.

Desta forma, o padrão de distribuição espacial das atividades econômicas pode ser também um importante determinante do padrão de distribuição espacial dos resultados eleitorais. Em consequência, o objeto deste trabalho é tentar mostrar como e porquê as atividades ocupacionais dos cidadãos podem explicar os padrões espaciais do voto.

Atividades Primárias - O comportamento da população ocupada nas atividades primárias não é constante, pois varia no espaço e no tempo, não só quanto à direção ideológica, mas também quanto à intensidade de participação. Assim é que, segundo Huntington (1975),

o camponês pode desempenhar tanto um papel altamente conservador como altamente revolucionário. Ambas as imagens têm prevalecido. Por outro lado, os camponeses têm sido considerados uma força extremamente conservadora e tradicionalmente resistente à mudança, leal à igreja e ao trono, hostil à cidade, voltada para a família e a aldeia, suspeitosa e às vezes hostil diante de agentes de mudança como médicos, professores e agrônomos, que chegam à aldeia exclusiva e diretamente para melhorar a sorte do camponês... Essa imagem conservadora coexiste com a mais recente do camponês como uma força de revolução. Cada uma das grandes revoluções nas sociedades ocidentais, bem como nas não-ocidentais, foi em grande parte uma revolução camponesa<sup>1</sup>.

Por isso é perfeitamente compreensível a diversidade dos re-

sultados das investigações no que diz respeito à direção ideológica do comportamento eleitoral da população que trabalha nos campos, não só a nível internacional mas também nacional, regional ou local, que ora revelam zonas agrárias com eleitorados conservadores, ora com eleitorados progressistas e até mesmo radicais. O trabalho desenvolvido por Dogan (1967) sobre as clivagens políticas e a estratificação social na França evidencia bem como a direção ideológica do voto da população ativa rural varia de uma região para outra. Enquanto a maioria dos arrendatários e trabalhadores do Norte e do Centro da Itália apoiam os partidos comunista e socialista, a maior parte da massa rural do Mezzogiorno permanece intimamente ligada à tradição cristã. Dogan (1967) mostra ainda neste estudo que na França, ao contrário da Itália, os assalariados agrícolas têm posturas políticas diferentes. Os que trabalham nas grandes fazendas do Nordeste da França costumam apoiar o partido comunista, enquanto aqueles que trabalham nas fazendas de porte médio e estão socialmente integrados com as famílias dos donos da terra votam mais nos partidos conservadores.

Na Noruega, porém, segundo as tabulações apresentadas por Kokkan e Valen (1970), a força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas tem um comportamento mais homogêneo. Em regra geral, o voto para o Partido Agrário (de centro) aparece sempre significativamente associado com o percentual de pessoas ocupadas nas atividades agrárias, variando muito pouco de uma região para a outra.

Na América Latina a variação ideológica do comportamento dos cidadãos ocupados na economia agrária também foi identificada por Petras e Zeitlin (1967). Os resultados da investigação realizada por estes autores no Chile evidenciaram que as comunidades agrárias espacialmente próximas das municipalidades de mineradores apoiaram majoritariamente o candidato de esquerda (Allende) nas eleições presidenciais de 1958 a 1964, em contraposição com as demais municipalidades agrárias distantes das áreas de mineração.

No que diz respeito à participação política, o comportamento da população ocupada nas atividades agrárias também não é

constante, variando no espaço e no tempo. Ou seja, as taxas de comparecimento às urnas dos indivíduos engajados nas atividades agrárias, são altas em algumas áreas, enquanto em outras elas são baixas, da mesma forma que, em certas regiões, eles vão às cabines eleitorais mais em determinados momentos históricos do que em outros. A diversidade de conclusões de alguns dos muitos estudiosos do assunto evidencia bem esta variabilidade do fenômeno da abstenção ou do comparecimento.

Assim, por exemplo, ao analisar as eleições espanholas de 1976 e 1981, Cuadrado (1983) chega à conclusão de que os agricultores constituem um dos segmentos da população ativa que tem maior propensão a comparecer às urnas. De forma semelhante Ahk (1975), na sua investigação sobre o grau de mobilização e participação da população coreana nas eleições, também encontrou altas taxas de comparecimento às urnas nos distritos rurais menos modernizados.

Ao analisar o fenômeno do abstencionismo nas eleições realizadas em Portugal, de 1975 a 1980, Gaspar (1983) chega a uma conclusão oposta, ou seja, de que por diversas razões os camponeses representam a classe social menos motivada para o voto.<sup>2</sup> Resalva o autor, no entanto, que se por um lado a correlação da abstenção com a totalidade da população ativa agrícola foi positiva, por outro a correlação da abstenção com os trabalhadores agrícolas somente foi nula.

Por sua vez, a variação temporal das taxas de comparecimento eleitoral dos cidadãos ocupados na economia agrícola pode ser ilustrada pelo trabalho de Campbell (1964). Segundo este autor, os dados obtidos na sua investigação sugerem que houve um inesperado aumento do comparecimento eleitoral dos pequenos fazendeiros nas eleições de 1956, em relação às eleições de 1952 nos Estados Unidos, como uma reação à redução dos preços dos seus produtos no mercado neste período.

No Brasil o comportamento político das populações agrícolas tem sido na sua maior parte tradicionalmente conservador. Recentemente, porém, algumas mudanças ocorreram. Assim, por exemplo, o P.T.B. passou a ser também em algumas áreas um partido representativo dos trabalhadores rurais e, no Nordeste, os

camponeses chegaram a se organizar em Ligas Camponesas de orientação comunitária. A repercussão eleitoral destas iniciativas porém não tem podido ser ainda precisamente avaliada e estudada, pois o tradicionalismo muito forte da zona rural freiou o seu desenvolvimento, deixando-as ainda incipientes, ou então reprimiu-as drasticamente, fazendo-as desaparecer totalmente, como no caso das Ligas Camponesas. Assim sendo, a maior parte das pesquisas sobre direção ideológica do comportamento da população ocupada nas atividades primárias no Brasil apresenta resultados que evidenciam ainda a constância de uma conduta conservadora por parte dos efetivos demográficos que trabalham nas atividades agrárias.

Os significativos coeficientes de correlação positiva entre a população dependente das atividades rurais e algumas variáveis indicativas dos resultados eleitorais obtidos por Faria (1978), ao estudar as eleições de 1974 no Estado de São Paulo, levaram-no a concluir que a predominância das atividades rurais em uma micro-região constitui um contexto favorável ao voto para os candidatos do partido situacionista mais conservador.

Também De Cew (1977), ao analisar sete eleições no Estado do Rio Grande do Sul, de 1950 a 1974, encontrou sistematicamente significativos coeficientes de correlação positivos entre o partido da situação, mais conservador, com a população ocupada em atividades primárias. O trabalho desenvolvido por Fleischer (1976) no Estado de Minas Gerais, ainda que para investigar como os deputados federais e estaduais conseguem os seus votos nas várias áreas do Estado, mostrou claramente que o partido da situação mais reacionário, no período estudado (1966-1974), foi claramente favorecido nas áreas rurais.

As explicações para a variação do comportamento político dos eleitores com concentração de cidadãos mais ocupados em atividades primárias, no entanto, diferem de autor para autor. Segundo Lipset (1954), os cidadãos que trabalham na economia agrária e, em especial, aqueles que dispõem de uma só cultura anual, têm na estrutura social uma posição muito peculiar sob o ponto de vista econômico. Na verdade, a instabilidade de renda, devido não só às oscilações climáticas mas também à dos pre-

ços no mercado acarreta uma situação financeira relativamente insegura. Em decorrência, eles ficam particularmente dependentes da intervenção do governo para a normalização e manutenção dos seus mercados específicos. Em suma, de acordo com os autores acima referidos, a população ativa agrária sofre pressões econômicas que diferem não só qualitativa como quantitativamente daquelas de outros grupamentos ocupacionais da sociedade, derivando daí a variação de participação política, cuja direção e intensidade são diretamente proporcionais às tensões econômicas que sofrem.

Campbell (1964) porém não concorda com o argumento de Lipset (1954) de que as pressões econômicas que os fazendeiros sofrem sejam criticamente diferentes daquelas suportadas pela população ativa urbana. Segundo estes autores, o baixo nível de escolaridade e de acesso às informações acarretadas pelo isolamento físico do habitat rural e a natureza da atividade agrária que, em regra geral, deixa pouco tempo livre para outras iniciativas, conduz a um envolvimento reduzido com estruturas grupais da sociedade, mesmo quando criadas em nome de seus interesses. Desta forma, os fazendeiros têm menor tendência a se filiar a grupamento sociais do que as pessoas ocupadas nas atividades secundárias e terciárias e, quando se filiam, são mais apáticos.

Entre os cidadãos ativos das cidades, as pressões econômicas propiciam o desenvolvimento de comportamentos e atitudes políticas de acordo com parâmetros de relativa permanência definidos por estruturas grupais. Quando, porém, o envolvimento com estes grupos não ocorre ou é fraco, como acontece com os fazendeiros, estes parâmetros são fluidos ou até inexistem. Por isso, quando ameaçados economicamente, os fazendeiros sem referenciais ou compromissos de comportamento político definidos sentem-se mais estimulados para comparecer às urnas e votar contra aqueles candidatos que eles julgam responsáveis pela sua situação, ainda que sejam os mesmos que, no período eleitoral anterior, eles ajudaram a colocar no poder. O resultado é uma conduta política que pode flutuar desde a omissão eleitoral total, quando satisfeitos e seguros com a situação, até uma par-

ticipação mais intensa e radical, quando têm a sensação de prejudicados. Sintetizando o seu pensamento, os autores do American Voter afirmam que

alguns fatos relativamente mecânicos da situação de vida dos fazendeiros podem contribuir para as peculiaridades observadas no seu comportamento político, mas uma grande parte destas peculiaridades emana de um estado mental, de uma postura diante do processo político em andamento<sup>3</sup>.

Alguns estudiosos pensam, no entanto, que a variação do comportamento político da população ocupada nas atividades primárias estará mais ligada à variação da situação sócio-econômica da classe no quadro sócio-econômico da sociedade em um dado lugar ou momento histórico. As conclusões do trabalho de Dogan (1967) ilustram bem este tipo de argumento. Afirma ele que o desenvolvimento do Socialismo e do Comunismo no meio agrário francês ocorreu predominantemente entre os pequenos proprietários que, apesar da posse da terra, permaneceram pobres. Na Itália, porém, o voto comunista e socialista ocorreu predominantemente não só entre os arrendatários que apesar de usufruir um padrão de vida relativamente alto pleiteavam a expropriação das terras dos latifundiários, mas também entre os trabalhadores agrícolas que eram explorados pelos grandes proprietários. Resumindo o seu pensamento, Dogan (1967) explica:

De um lado dos Alpes, eles (população ocupada nas atividades agrárias) votam nos comunistas ou nos socialistas, porque aspiram à posse das terras férteis que eles lavram; do outro lado para protestar contra a grande pobreza de suas pequenas fazendas<sup>4</sup>.

Uma outra explicação dada pelos estudiosos do assunto para a variação do comportamento do eleitorado agrário é a interferência de influências externas, por efeito de vizinhança de outras comunidades sociais ou por infiltração de idéias através de elementos individuais. Embora o agrupamento populacional de cada área possua uma identidade social e política dominante, isto não significa que ele seja totalmente independente e imune às influências externas. Segundo Taylor (1979), isto ocorre de um lado porque o processo de segregação nunca é total e, por outro, porque as pessoas se deslocam de um lugar para o outro e de um grupo social para outro, levando consigo os conceitos ad-

quiridos. Ou seja, o efeito de vizinhança acontece porque pessoas de uma área convencem as de outras áreas dos seus pontos de vista, através da discussão das várias questões políticas.

Ao analisar o aumento do voto comunista em algumas regiões do Sul da Itália, Dogan (1967) evidencia bem como a emigração dos cidadãos pode acarretar, posteriormente, uma imigração de ideologia com a consequente alteração do comportamento político dos eleitores que trabalham nos campos. Afirma este autor que parte dos emigrantes rurais do Sul da Itália que foram para as zonas industriais do Norte da Itália, Alemanha, Suíça, Bélgica e França modificaram as suas opiniões políticas para uma visão radical, isto é, comunista, devido ao contato com os aspectos negativos destas áreas e influenciados pela propaganda política e sindical. Desta forma, quando voltaram aos seus locais de origem para votar, eles se transformaram em convincentes defensores e transmissores de suas novas convicções políticas. De forma semelhante, os resultados da investigação de Petras e Zeitlin (1967) sobre as eleições no Chile, em 1958 e 1964, mostram como a proximidade espacial de comunidades com ideologias radicais pode levar à alteração da tradicional direção ideológica conservadora no comportamento da população ocupada na atividade primária. O apoio substancialmente superior das comunidades agrárias próximas às zonas de mineração ao candidato radical Allende resultou, segundo estes autores, eminentemente de um contato mais intenso entre os trabalhadores das minas e os agricultores, decorrente não só da proximidade espacial destas comunidades, mas também de uma mobilização intencional por parte dos sindicatos de mineradores para radicalizar os camponeses sem terra.

Finalmente, alguns autores afirmam que a existência isolada ou em conjunto de certos aspectos das populações rurais, como a falta de acesso às informações devido a um maior grau de analfabetismo, ao isolamento espacial deste habitat e uma estrutura de classes "primaz" sob o ponto de vista sócio-econômico permitem o condicionamento do comportamento dos agricultores por influências locais e, portanto, sua variação.

Assim, por exemplo, num contexto de isolamento e ignorância,



pode ser muito grande a influência dos sacerdotes e dos notáveis do local: sobre o comportamento eleitoral dos cidadãos, como únicos veículos de informação sobre as questões políticas. Ao explicar porque as áreas rurais são politicamente conservadoras, Soares (1973) afirma que a atividade religiosa inibe a revolução ideológica contra o status quo, porque fornece uma ideologia dogmática que satisfaz à necessidade de dogma, autoridade e estrutura, além de construir uma predisposição negativa contra as ideologias radicais da esquerda, principalmente devido à tradição materialista destas últimas. Gaspar (1983), ao estudar o nível de abstenção entre o eleitorado campestre, admite também que numa conjuntura muito isolada os sacerdotes têm um papel muito importante, pois se tornam significativos veículos de comunicação.

Por outro lado, a associação deste isolamento sócio-político com a acentuada hegemonia econômica de uma classe pode propiciar ainda o desenvolvimento de uma outra influência local, que também condiciona o comportamento da população ocupada nas atividades primárias, ou seja, o clientelismo ou patronagem tradicional. Rouqui (1978) chega mesmo a dizer que a competição eleitoral pode ser suprimida pelo fenômeno do clientelismo. Esta prática, caracterizada pela oferta dos mais variados tipos de recompensa por parte de elite privilegiada em troca do comparecimento às urnas e o voto de favor dos segmentos menos favorecidos, ocorre predominantemente, segundo De Cew (1977), nas regiões agrícolas sub-desenvolvidas e isoladas com um sistema hierárquico de classes específico. Esse sistema se caracteriza pela presença de uma classe alta que, embora numericamente minoritária, se distancia muito das demais pela grande riqueza que possui, em função de deter a maior parte da propriedade das terras. Tal estrutura sócio-econômica propicia à elite um grande poder econômico e um domínio das comunicações com o exterior, mas conduz a massa rural a um alto grau de analfabetismo, a um baixo acesso às informações e a uma grande precariedade econômica. Diante desta situação, a classe de grandes proprietários detém o controle político, pois a submissão política passa a ser um grande negócio para os setores menos abonados da so-

cidade, uma vez que, através da venda dos seus votos, eles conseguem compensar, ainda que de forma superficial, algumas de suas desvantagens sócio-econômicas.

Em suma, o clientelismo tradicional pode ser um importante fator explicativo do comportamento político das populações ocupadas na economia agrária. Assim, por exemplo, Jaguaribe (1962) e De Cew (1977) sugerem que as práticas de clientela podem explicar a variação do comportamento eleitoral da população engajada nas atividades primárias, não só de uma região para outra, mas também de um momento histórico para outro. Ou seja, onde estas práticas ocorrem, a conduta política dos cidadãos que trabalham nos campos pode ser desviada em direção aos interesses das classes dominantes. Tarrow (1972), por sua vez, mostra como estas práticas locais também podem ser utilizadas por estruturas políticas organizadas para direcionar a conduta eleitoral da população agrícola a serviço de seus interesses. Neste sentido, ele descreve como o Partido Comunista Italiano desenvolveu um processo de organização e mobilização do campesinato do Sul do país, através de uma operação pela qual as ligações clientelistas foram não só mantidas mas também estimuladas.

Em resumo, tendo em vista os resultados das investigações anteriormente mencionadas, chega-se à conclusão de que a concentração de pessoas trabalhando nas atividades agrárias interfere ainda que de forma variável, com as atividades políticas dos cidadãos. Assim sendo, é perfeitamente procedente a hipótese de considerar-se a variável população ocupada nas atividades primárias como um fator explicativo do comportamento eleitoral.

Atividade Secundária - As consequências políticas da atividade industrial têm motivado o interesse de cientistas dos mais diversos credos políticos e de quase todas as ciências sociais. Apesar disto, no entanto, o conjunto de avaliações e conclusões encontradas nas pesquisas não constitui um corpo organizado de teoria sobre o assunto. No entanto, com uma organização e sintetização dos resultados dispersos, é possível, identificar-se algumas idéias básicas.

A primeira é que os trabalhadores industriais têm, em geral, um comportamento eleitoral mais coeso e consciente, em decorrência da própria natureza da ocupação. Este raciocínio baseia-se no fato de que o exercício da atividade, num lugar muito limitado como a fábrica, durante muitas horas seguidas, mantém os operários sempre muito concentrados espacialmente, o que propicia não só o desenvolvimento de uma maior consciência de classe, como também um grau mais intenso de comunicação e informação intra-classe quanto às demandas comuns. Lipset (1960) explicita bem este processo quando afirma:

Contatos pessoais íntimos entre pessoas estimulam a consciência de uma comunidade de interesses e das possibilidades de ação política, para se resolver os problemas comuns. Quando os contatos informais são suplementados pela organização formal dos sindicatos, associações ou movimentos políticos de classe, com toda sua máquina de organizadores, oradores, jornais, etc. intensifica-se ainda mais a consciência política<sup>5</sup>.

A outra idéia que pode ser selecionada nos estudos sobre as consequências políticas da atividade industrial é a que a conduta política dos trabalhadores industriais está intimamente ligada à natureza da indústria onde eles trabalham. Segundo esta linha de pensamento, isto ocorre porque o comportamento eleitoral dos trabalhadores é na verdade função do seu nível de rendimentos, o qual por sua vez varia de acordo com o nível tecnológico da indústria em que trabalham, isto é, quanto mais alto for este nível, mais qualificados terão de ser os operários e, por conseguinte, mais elevados os seus salários. A maior disponibilidade de recursos por parte destes trabalhadores afluentes possibilita o acesso ou a manutenção de um padrão de vida semelhante ao da classe média, o que os conduz a uma visão burguesa e conservadora dos seus interesses sociais e políticos (tese do emburguesamento). Lenski (1966), um dos importantes representantes deste linha de pensamento, explicita bem este fenômeno, quando afirma que

a elevação da situação econômica dos trabalhadores e outras mudanças sociais conduziram uma parte da classe operária a adotar muitos elementos da cultura da classe média, o que provavelmente acarretou uma redução da tradicional hostilidade dos trabalhadores contra a ordem social existente<sup>6</sup>

e, portanto, a uma posição política mais conservadora. Por outro lado, os resultados obtidos por Crewe (1973) ao investigar o comportamento político dos operários afluentes e dos tradicionais, na Inglaterra, também reforçam esta tese. Os eleitorados com concentração de trabalhadores afluentes apresentaram significativas percentagens de votos para o partido conservador, enquanto os compostos predominantemente por trabalhadores tradicionais deram a maior parte de seus votos para o partido trabalhista.

Existem investigadores, no entanto, que não concordam com a tese do emburguesamento dos blue-collars e argumentam que o fator afluência é irrelevante para explicar o comportamento eleitoral dos trabalhadores especializados. Assim, Goldthorpe e outros (1968), no seu estudo sobre os trabalhadores afluentes na Grã-Bretanha, chega à conclusão de que não é a afluência, mas sim as relações de amizade com os white-collars que levam à adoção de atitudes conservadoras por parcela de operários. De forma semelhante, ao evidenciar a presença de um extremo radicalismo entre os trabalhadores franceses mais afluentes, Hamilton (1967) nega também a ligação entre a afluência e o procedimento eleitoral do operariado qualificado. Segundo ele, esta situação teoricamente considerada endrúxula se deve simplesmente à existência de uma liderança trabalhista extremamente radical. Kemp (1975) também, ao analisar o efeito da estrutura social sobre o comportamento eleitoral, na Austrália, chega à conclusão de que a redução do apoio ao partido trabalhista não está ligada somente à afluência dos trabalhadores especializados, uma vez que esta redução também foi observada entre os operários não afluentes.

A terceira idéia surgida é que o comportamento político dos eleitores ocupados nas atividades industriais é menos sensível a condicionamento do tipo clientista. O exercício grupal de sua atividade proporciona um maior acesso às informações, decorrendo daí uma maior consciência de classes sobre questões políticas e uma menor vulnerabilidade às práticas de patronagem. Ratificando este argumento, Jaguaribe (1962) afirma: Apenas a classe operária, por razões que lhe são específicas, está em grande margem fora

do fogo da clientela <sup>7</sup>. Autores existem, no entanto, que divergem deste ponto de vista. Segundo estes estudiosos, tal prática política também é utilizada com eleitorados industriais, só que de forma diferente, ou seja, os votos não são trocados por favores pessoais, mas por benefícios que revertam em favor do conjunto da categoria. Em suma, a industrialização não inviabiliza o clientelismo, como afirma Diniz (1982):

Os processos de industrialização e urbanização, com a conseqüente propagação de efeitos modernizantes, não são incompatíveis com o desenvolvimento de práticas clientelistas. Como tivemos oportunidade de ressaltar, altos índices de urbanização podem não só coexistir, como facilitar a expansão do clientelismo<sup>8</sup>.

A quarta idéia que se destaca nos estudos anteriormente mencionados é que o procedimento político dos cidadãos varia também segundo a natureza do processo de industrialização ocorrido no país. Quando este processo é dependente e intensivo em relação ao capital, como ocorre na maior parte dos países subdesenvolvidos e ao contrário do que ocorreu nos desenvolvidos, a ocupação no setor industrial é muito mais reduzida. Assim, boa parte da crescente massa urbana não encontra trabalho, propiciando a formação de uma massa crítica de insatisfeitos que, devidamente politizados ou mobilizados podem apoiar os partidos de oposição ou de esquerda.

O exemplo brasileiro fornecido por Soares (1973) ilustra bem como a natureza do processo de industrialização pode conduzir a uma conduta eleitoral mais radical:

Os partidos trabalhistas e populistas, porém, talvez não forneçam uma válvula suficientemente forte para a agressividade, quando há intensas frustrações como as provocadas pela lacuna entre as aspirações elevadas, e o desemprego. Portanto, o processo de radicalização depende da corrida entre a urbanização, que eleva o nível de aspirações de um número cada vez maior de pessoas e o emprego industrial... bem remunerado e prestigiado que as satisfaçam. No Brasil, os casos extremos de urbanização "maior" que a industrialização, que são Recife e Rio de Janeiro fornecem a ilustração: em 1945 e 1947, o Partido Comunista teve suas maiores vitórias eleitorais nessas duas cidades<sup>9</sup>.

De forma semelhante De Cew (1977), analisando as eleições de 1950 e 1971 para Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, também encontrou uma associação positiva constante, ainda que não muito intensa, da variável emprego industrial com a força partidária

ria representativa da linha mais progressista no período (PTB MBD).

Finalmente, o último ponto que sobressai nos estudos sobre os efeitos políticos das atividades secundárias é que em alguns casos estes efeitos decorrem mais das taxas de industrialização, enquanto em outros eles emanam mais dos níveis de industrialização. Assim, para Kornhauser (1959), o ritmo do processo é o fator mais importante, porque quando a industrialização ocorre rapidamente ela introduz descontinuidades acentuadas entre a situação pré-industrial e a industrial, emergindo daí, como tentativa de solução, movimentos mais extremistas da classe operária. Em outras palavras, quando o processo ocorre lentamente, os primeiros efetivos de trabalhadores urbanos atuam como retransmissores dos novos valores da cidade, facilitando assim o processo de adaptação e atenuando as insatisfações. Caso, porém, a velocidade do processo seja muito grande, não há tempo útil para a formação de grupos amortecedores (buffers groups, Kornhauser, 1959), gerando com isto descontinuidades e o conseqüente sentimento de insatisfação no operariado. Os resultados apresentados por Tarrow (1972) num estudo sobre o desenvolvimento industrial na Itália coincidem com a tese de Kornhauser quando revelam que o voto comunista está mais intensamente associado ao ritmo do que ao nível de industrialização, ou seja, à quantidade de indústrias ou empregos industriais presentes em um dado lugar.

Alguns autores, no entanto, pensam que o nível de industrialização é o aspecto mais importante para o comportamento político dos cidadãos. este é o caso por exemplo de Platler (1976) que, baseado nos coeficientes de correlação obtidos na investigação dos correlatos da participação política e escolha eleitoral, no Chile, afirma que a associação do comportamento político com o nível de industrialização é bem mais significativa do que com a taxa.

Atividades Terciárias - O tipo de influência que a ocupação nas atividades terciárias tem sobre o comportamento político dos cidadãos tem sido objeto de interesse de muitos investigadores. Como afirma Campbell (1964),

A ocupação de uma pessoa pode interferir com a sua preferência partidária independentemente de seu status. Uma ocupação define o grupo de pessoas com as quais os indivíduos trabalham e desta forma delimita a esfera de influência dos grupos primários. Ocupações que lidam com pessoas mais do que com objetos adicionam, uma outra dimensão de experiência, própria da natureza desta clientela. Em alguns casos, a ocupação impõe valores e interesses peculiares que podem ter importância política<sup>10</sup>.

Os resultados obtidos nas investigações sobre a influência da ocupação no setor terciário sobre as atitudes políticas, porém, têm sido muito variados. Assim é que, por exemplo, Corbetta e Schadee (1983), ao analisar o abstencionismo eleitoral na Itália, de 1968 a 1980, chegaram à conclusão de que o setor terciário, particularmente os comerciantes e o terciário subalterno, tinha uma propensão para a abstenção sistematicamente maior do que a média do eleitorado total. Em contraposição, Gaspar e Vitorino (1976), ao investigar a associação de quatro sub-setores do terciário (profissões liberais, empregados de escritório, ativos no comércio, bancos e seguros, ativos na administração pública e defesa) com a abstenção e os votos nulos, encontraram coeficientes de correlação moderados mais negativos, evidenciando assim uma menor tendência destes tipos de profissionais a se absterem nas eleições.

Verifica-se assim que o papel que as atividades de serviço desempenham no comportamento político das pessoas pode ser muito diversificado. Isto acontece, provavelmente, pelo fato de este setor ocupacional englobar um grande número de profissões que se diferenciam não só no que diz respeito às suas categorias sociais, mas também no que se refere às possibilidades econômicas que os seus diversos sub-setores podem oferecer, decorrendo daí praticamente a heterogeneidade de atitudes políticas dos elementos que compõem este grupamento ocupacional.

Por isso, grande parte dos investigadores do assunto admite que os fatores situação econômica e status social estão sempre subjacentes ao efeito da atividade ocupacional dos cidadãos sobre as suas atitudes políticas. Os resultados do trabalho desenvolvido por Dogan (1967) ilustram bem esta linha de raciocínio. Os funcionários públicos de baixa renda, na França, apesar de ganharem mais do que seus colegas italianos, têm um ní-

vel de escolaridade superior, o que os torna mais conscientes e frustrados com a sua inferioridade sócio-econômica. Atualmente, segundo este autor, um terço deles recebe um salário inferior ao da média dos operários especializados, ainda que o seu nível de vida exija maiores despesas com certos aspectos, como por exemplo, vestuário. Além disso, eles estão sujeitos à mesma insegurança de emprego que os trabalhadores manuais. A soma de tais fatores predispõe estes profissionais a votar preferencialmente nos partidos de esquerda.

Lipset (1967) também concorda com o efeito da situação econômica da categoria ocupacional sobre a conduta política dos cidadãos. Ao apresentar as tabulações dos resultados obtidos por Barton (1954) na análise da eleição de 1949 na Noruega, ele evidencia como os votos dados aos Partidos Comunista e Trabalhista pelos empregados de escritórios diminuem à medida que a sua renda aumenta.

Os resultados do estudo sobre as eleições de 1974, em São Paulo, realizado por Faria (1978) mostram, também, como o fator econômico pode fazer com que os diversos sub-setores do terciário apresentem comportamentos eleitorais diferentes. O autor selecionou dois segmentos do setor terciário, ou seja, a proporção de pessoas dependentes do comércio de mercadorias e serviços e a proporção de empregos na administração pública, para correlacionar com o número de votos dados à situação, à oposição e com os votos brancos e nulos. A variável representativa dos comerciantes e prestadores de serviço apresentou razoáveis coeficientes de correlação negativos com os votos dados à situação e com os votos brancos e nulos, indicando assim um descontentamento deste segmento do terciário com a política sócio-econômica do governo.

A segunda variável representativa dos funcionários públicos apresentou, no entanto, coeficientes de correlação entre os votos dados à situação e os votos nulos e brancos mas positivos, expressando assim a sua relativa aprovação à administração sócio-econômica do regime vigente. Esta diversidade de comportamento eleitoral entre elementos ocupados em um mesmo setor de atividade evidencia uma vez mais como o fator econômico pode es-



tar subjacente ao efeito da atividade ocupacional sobre a conduta política dos cidadãos. Na verdade, a difícil situação econômica do país, naquela época, havia tornado politicamente descontentes, os indivíduos engajados no comércio e na prestação de serviços, uma vez que havia-se corroído o poder aquisitivo da população, reduzindo, assim, significativamente, o montante de seus negócios. Por sua vez, o apoio dado à situação pelos elementos ocupados nos serviços do Estado também teve motivações econômicas, dado que a manutenção da estrutura administrativa vigente e por conseguinte de seus empregos do êxito eleitoral do governo.

Lipset (1967), no entanto, chama a atenção para uma outra perspectiva do problema, ou seja, a possibilidade que determinados aspectos permanentes ou transitórios de certas ocupações terciárias têm de interferir com a conduta política dos cidadãos. O primeiro aspecto das atividades de serviço que pode influenciar a atitude eleitoral é a segurança do trabalho, isto é, quanto mais estável é o tipo de emprego, maior a tendência política conservadora do indivíduo. Segundo este autor, na década de trinta,

o conservadorismo relativo dos empregados de escritórios nos Estados Unidos pode ser atribuído à sua maior segurança de trabalho durante a Depressão. Somente 4% dos empregados de escritório estavam desempregados em 1930, comparados com os 13% dos trabalhadores urbanos não qualificados<sup>11</sup>.

Um outro aspecto das atividades terciárias que pode responder por um determinado comportamento eleitoral é o status (prestígio) da ocupação na sociedade independentemente da compensação econômica. Os indivíduos podem ter um elevado prestígio ocupacional, como muitos intelectuais, mas receber baixa remuneração; podem usufruir de rendas relativamente altas, mas ter status social como os membros de algumas minorias técnicas ou comerciantes novos-ricos. Ou seja, independentemente de sua situação econômica, os homens podem ser definidos como superiores ou inferiores segundo o status de sua ocupação, recebendo da sociedade um número de vantagens proporcionais ao seu nível nesta hierarquia. Assim, sempre que possível os cidadãos tentam me-

lhorar o seu status, através de esforços individuais ou de uma ação coletiva do grupo operacional. Desta forma, a posição dos indivíduos muito acima ou muito abaixo na escala de status independentemente de sua renda ajuda a explicar o seu comportamento político. Lipset (1967) exemplifica este fenômeno dizendo:

Em todas as sociedades sobre que possuímos dados, os empregados de escritório recebem mais prestígio do que os trabalhadores manuais e identificam-se em muitos aspectos (vestuário, maneira de falar, padrões de família) com os situados mais acima deles no sistema, mesmo quando suas rendas não são superiores às dos operários qualificados. E muitos estudos revelam que os empregados de escritório em diferentes países têm maior probabilidade de votar nos conservadores do que os trabalhadores manuais... Esse maior conservadorismo não é devido apenas às rendas mais altas. Um estudo eleitoral norueguês, em 1949, (Barton, 1954) apurou que os sufrágios nos partidos esquerdistas (comunista e socialista) foram quase duas vezes mais elevados entre os trabalhadores manuais que entre empregados de escritório, em cada nível de renda<sup>12</sup>.

O terceiro aspecto das atividades de serviço que pode interferir com o comportamento eleitoral do cidadão é a intensidade de comunicação existente entre e dentro dos diversos sub-grupos deste setor ocupacional. Quanto menor for o isolamento social, maior será a consciência dos interesses de classe e das possibilidades de ação coletiva, incluindo a ação política para solucionar os problemas comuns. Ao referir-se a este caso, Lipset (1967) escreve a título de exemplo:

As atividades de prestação de serviço compõem-se geralmente de pequenas unidades disseminadas entre as populações mais abastadas a que servem e seus trabalhadores tendem a ser não só politicamente menos ativos também mais conservadores<sup>13</sup>.

Em resumo, os resultados obtidos pelos estudos acima citados evidenciam que a ocupação numa atividade de serviço pode ter repercussões sobre as atividades políticas dos cidadãos, ao mesmo tempo que, sugerem que, no desenvolvimento de uma análise deste tipo, há necessidade de se desagregar este setor de atividade, uma vez que seus sub-setores apresentam peculiaridades que podem criar isoladamente contextos favoráveis a certos comportamentos eleitorais.

Tendo em vista estas considerações, é perfeitamente proceden-

te afirmar-se que o tipo de atividade ocupacional dos cidadãos é um dos importantes fatores determinantes dos padrões espaciais de distribuição dos resultados eleitorais.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ABLER, R.F. et alii. Spacial organization. New Jersey, Prentice Hall, 1972.
- 2 - AHN, Kenneth Kunil. Mobilization and participation in elections: a study of Korcan voting behaviour. Tese inédita. Universidade de Geórgia, 1975.
- 3 - BARTON, A.H. Sociological and psychological implications of economia planing in Norway. Tese inédita. Universidade de Columbia, 1954.
- 4 - CAMPBELL, A. et alii. The American voter. New York, John Wiley, 1960.
- 5 - CORBETA, P. & SCHADEE, H.M.A. L'astensionino elettorale in Italia dal 1968 al 1980. In: CACIAGLI, N. & SCARAMOZZINO, P. Il voto di chi non vota. Milano, Comunità, 1983.
- 6 - CREWE, I. The politics of "affluent" and "traditional" workers in Britain: an agregate data analysis. British Journal of Political Science (3) 29-52, 1973.
- 7 - CUADRADO, M.M. Una lunga tradizione nella storia elettorale della Spagna. In: CACIAGLI, M. & SCARAMOZZINO, P. Il voto di chi non vota. Milano, Comunità, 1983.
- 8 - DE CEW JR. J.M. Political experience and electoral behavior in Brasil: Rio Grande do Sul - 1950 - 1974. Teses inédita. Universidade de Connecticut, 1977.
- 9 - DINIZ, Eli. Voto e máquina política. In: —. Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1982.
- 10 - DOGAN, Mattei. Political cleavage and social stratification in France

- and Italy. In: LIPSET, S. & ROKKAN, S. Party systems and voter alignments: a cross national perspectives. New York, The Free Press, 1967.
- 11 - FARIAS, Wilmar. As eleições de 1971 no Estado de São Paulo; uma análise das variações inter-regionais. In: LAMOUNIER, B. & CARLOS, F.H. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- 12 - FARROW, Sidney. Peasant communism in Southern Italy. New Haven, Yale University Press, 1972.
- 13 - FLEISCHER, D.V. Concentração e distorção eleitoral; um estudo de distribuição geográfica do voto em Minas Gerais - 1966-1974. Revista Brasileira de Estudos Políticos (43): 333-360 jul. 1976.
- 14 - GASPAR, J. & VITORINO, N. As eleições de 25 de abril; geografia e imagem dos partidos. Lisboa, Horizonte, 1976.
- 15 - GASPAR, J. L'abstention electorale au Portugal - 1975 - 1980: Finistera, Lisboa, 18 (35): 65-97, 1983.
- 16 - GOLDTHORPE, L.H. et alii. The affluent worker: political attitudes and behavior. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.
- 17 - HAMILTON, R.F. Affluence and the French worker in the Fourth Republic. Princenton, Princenton University Press, 1967.
- 18 - HUNTINGTON, S.B. A ordem política nas sociedades em mudança. São Paulo, Forense, 1975.
- 19 - JAGUARIBE, Hélio. As eleições de 1962. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro (2): 7-39 dez. 1962.
- 20 - KEMP, D.A. Social structure and electertal behavior in Australis - 1946-1972. Tese inédita. Universidade de Yale, 1975.
- 21 - KORNHAUSER, W. The politics of mass society. New York, The Free Press, 1959.
- 22 - LAGOS, R. The historical Background of the present economic situation

- in Chile. In: ZANNITH, J.A. The Chilean road to socialism. Austin, University of Texas Press, 1973.
- 23 - LENSKI, G.E.E. Power and privilege: a theory of social stratification. New York, McGraw Hill, 1966.
- 24 - LIPSET, S. et alii. The psychology of voting; ana analysis of political behavior. In: LINDSAY, G., ed. Handbook of social psychology. Cambridge, Wesley, 1954.
- 25 - ——. O homem político. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- 26 - PETRAS, J. & ZATLIN. M. Miners and agrarian radicalism. American Sociological Review (32): 578-586, 1967.
- 27 - PLATLER JR., J.F. Correlates of political participation and electoral choice in Chile - 1964 - 1970. Tese inédita. Universidade de Syracuse, 1976.
- 28 - ROKKAN, S. & VALEN, H. Regional contrasts in Norwegian politics.
- 29 - ROUQUIÉ, Alain. Clientelist control and authoritarian contexts. In: HERMOT, G. et alii. Elections without choice. London, Macmillan, 1978.
- 30 - SOARES, G.A.D. Sociedade e política no Brasil. São Paulo, Difel, 1973.
- 31 - TAYLOR, P.J. & JOHNSTON, R.J. Geography of elections. Harmondsworth, Penguin, 1979.
- 32 - WEAVER, F. Stirton. Growth theory and Chile; the problems of generalizing from historical example. Journal of Inter-American Studies of World Affairs 1 (12): 55-61. jan. 1970.

NOTAS

- 1 HUTTINGTON (1975) p. 302
- 2 GASPAR (1983) p. 80

- 3 CAMPBELL (1960) p. 213
- 4 DOGAN (1967) p. 150
- 5 LIPSET (1967) p. 150
- 6 LENSKI (1966) p. 381-2
- 7 JAGUARIBE (1962) p. 49
- 8 DINIZ (1982) p. 223
- 9 SOARES (1973) p. 211
- 10 CAMPBELL (1960) p. 254
- 11 LIPSET (1967) p. 247
- 12 LIPSET (1967) p. 250
- 13 LIPSET (1967) p. 261